

Boletim Eletrônico Nº. 120 – 16 de Dezembro de 2011

Este boletim contém as seguintes matérias:

- Tribunal pagará retroativo, mas não concorda com mutirão
- Reunião Pesquisa Saúde do Servidor: Consulta pública no CNJ
- Mudança em assistência judiciária é alvo de protesto
- Jovens e negros são maioria entre vítimas de assassinatos no País
- 1ª Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social

Tribunal pagará retroativo, mas não concorda com mutirão



Na tarde desta quarta-feira ocorreu a última reunião do ano entre as entidades representativas dos servidores e o Tribunal de Justiça.

Para esta reunião, o desembargador Wiliam Campos e os assessores da Presidência ficaram de trazer uma resposta sobre a proposta de mutirão feita pelas entidades para compensação dos dias parados na greve de 2010. Mas, apesar de o termo “mutirão” constar do acordo homologado no dissídio coletivo, o

TJ insiste em alegar que a compensação deve ser hora a hora e não por cumprimento de metas. De acordo com o juiz assessor Jose Eduardo Marcondes, o presidente, desembargador José Roberto Bedran, indeferiu o pedido das entidades. Para Campos, Bedran não se sente “confortável” para decidir-se pelo mutirão a poucos dias de terminar a sua gestão.

“A administração do presidente Bedran foi bastante positiva por abrir o diálogo com os servidores, mas seria muito importante a gestão fechar com a decisão do mutirão para cumprir o acordado no dissídio”, apontou Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP.

Wiliam Campos afirmou que o presidente apenas autorizou a dilação do prazo para compensação até o dia 31 de dezembro de 2012. Para Marcondes, a decisão do presidente é administrativa e pode ser revista na próxima gestão ou até mesmo pelo próprio Bedran. As entidades pretendem voltar a discutir o tema com a próxima gestão, já aproveitando a presença do juiz assessor da

atual vice-presidência e um dos prováveis assessores do próximo presidente, Rodrigo Capez, que compareceu à reunião como ouvinte.

Outro ponto da reunião foi a informação de que o TJ rodará uma folha suplementar no próximo dia 22 e pagará o percentual de **6,43%** referente aos meses de **março e abril de 2011**, que estavam pendentes. Também será pago nesta folha **cinco dias de férias** em pecúnia para quem tiver o direito de receber.

Agora é aguardar a posse do presidente eleito, desembargador Ivan Sartori, e que as negociações sejam retomadas.

Reunião Pesquisa Saúde do Servidor: Consulta pública no CNJ

Em 15 de dezembro, ocorreu mais uma reunião sobre a pesquisa Saúde e Condições de Trabalho no TJ-SP com a presença de Elisabete Borgianni, Esther Katayama, Magda Melão, Maria Helena Correa, Maristela Colombo, Mônica Carteiro, Vilma Regina da Silva e Wanderli Caruso (AASPTJ-SP), Hugo da ASSOJUBS e Dirceu da ASSOJURIS, além da socióloga Agda Delía.

Conforme comunicado por e-mail, esta reunião foi marcada para definição das entidades parceiras e termos do contrato, além de dar continuidade à discussão sobre os critérios para a realização da pesquisa. Além da AASPTJ-SP, três entidades reiteraram o interesse nessa parceria: AFFOCOS, ASSOJUBS e ASSOJURIS.

Houve rica discussão sobre a dinâmica institucional, a fragmentação dos diversos segmentos de trabalhadores e a falta de comunicação advindas da própria estrutura hierarquizada, imposta pela organização adocedora do trabalho, a desigualdade decorrente da concentração do poder na mão de poucos, em detrimento do apoderamento da maioria.

Outro tema abordado foi a consulta pública que ocorrerá no CNJ em 16 de janeiro de 2012 sobre possíveis propostas para promoção de saúde dos magistrados e servidores dos Tribunais de Justiça brasileiros. A AASPTJ-SP, ASSOJUBS, AFFOCOS e ASSOJURIS irão enviar conjuntamente propostas que assegurem a garantia de direitos dos trabalhadores de ter condições de trabalho condizentes com a preservação da saúde física e mental.

A próxima reunião ocorrerá em 23 de janeiro de 2012.

Mônica Carteiro, segunda secretária

Mudança em assistência judiciária é alvo de protesto

Cerca de 600 pessoas se uniram, na tarde de terça-feira (13/12), na Assembleia Legislativa de São Paulo, para tentar evitar a votação do projeto de lei que tira a gestão do convênio da assistência judiciária das mãos da Defensoria Pública e passa para a Secretaria de Justiça. O ato teve que ser organizado às pressas, diante da habilidade política da OAB-SP, que conseguiu levar a proposta para o Plenário da Assembleia em um mês e meio. O PLC 65/2011 foi defendido pelo deputado Campos Machado (PTB-SP).

A mobilização foi bem sucedida, ao menos por ora. A votação da proposta foi adiada e deve acontecer na segunda quinzena de fevereiro de 2012. Defensores afirmam que a possibilidade da mudança da gestão do convênio representaria o fim da Defensoria no estado de São Paulo, uma vez que 95% da verba da instituição é oriunda do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ).

Desde a manhã desta terça-feira, 10 grupos de defensores se revezaram na Assembleia com objetivo de passar nos gabinetes dos deputados para apresentar argumentos contrários à lei.

Às 14h30 teve início a primeira sessão no plenário, com cerca de 250 pessoas. Dentre elas, defensores, mães com filhos pequenos, mulheres e homens idosos. Quando a palavra Defensoria era citada no discurso dos deputados, a plateia emitia sons e assovios em sinal de apoio.

Simultaneamente à sessão, no auditório Franco Montoro, uma manifestação estava sendo feita. Cerca de 300 pessoas ouviam discursos a favor dos defensores e vez ou outra gritavam em coro: "O povo, unido, jamais será vencido". As demais pautas foram deixadas de lado e o grande assunto do dia virou o PL 65/2011.

Líderes das Associações dos Defensores Públicos discursavam. Também estavam presentes à manifestação os deputados estaduais, Carlos Giannazi (PSOL-SP), Adriano Diogo (PT-SP) e João Paulo Rillo (PT-SP),

André Castro, presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos e o padre Valdir da Pastoral Carcerária, entre outros líderes de movimentos sociais.

Finalmente, às 17h30, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Barros Munhoz (PSDB), anunciou oficialmente que a votação não entraria na pauta do dia e que o assunto seria retomado, caso os envolvidos não entrem num acordo, na segunda quinzena de fevereiro.

Dito isto, o deputado Carlos Giannazi (PSOL-SP), começou um discurso no plenário defendendo a legitimidade da Defensoria e a decisão dos deputados em adiar a votação. Gianazzi também criticou Campos Machado. Segundo o deputado, ele mudou de postura ao longo da discussão e passou a defender os 40 mil advogados (referindo-se aos conveniados).

Em seguida, foi a vez de Campos Machado ter a palavra. Num discurso caloroso, ele afirmou que o sonho dos defensores é ser do Ministério Público. Por isso, segundo ele, muitas vezes se envolvem em questões que não são da alçada deles. Afirmou também que a consciência não se curva e que essa discussão não irá parar agora.

Informações do Conjur

Jovens e negros são maioria entre vítimas de assassinatos no País

O relatório Mapa da Violência 2012 divulgado no último dia 14 pelo Instituto Sangari revela que 1.091.125 foram assassinadas no Brasil nos últimos 30 anos. O resultado corresponde a 26,2 mortes por cem mil habitantes em 2010. O índice no País é o triplo do considerado epidêmico pela Organização Mundial de Saúde (dez por cem mil habitantes). Segundo o sociólogo Julio Jacobo, diretor de Pesquisas do Instituto Sangari, responsável pelo levantamento, jovens e negros continuam sendo as vítimas predominantes nas estatísticas. Para cada três negros assassinados (em um grupo de cem mil habitantes negros), um branco perde a vida. Em alguns estados, os dados mostraram diferenças ainda mais gritantes, como em Alagoas, onde, para cada vítima branca, 36 negros foram assassinados (em grupo de cem mil pessoas).

Informações da Agência Andi

Eventos

1ª Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social

A 1ª Consocial - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - 1ª Consocial é uma realização da Controladoria-Geral da União - CGU. Convocada por Decreto presidencial de 8 dezembro de 2010, a 1ª Consocial terá etapas preparatórias a realizarem-se de julho de 2011 a abril de 2012 em todo o Brasil, o que deve mobilizar mais de 1 milhão de brasileiros que serão representados por cerca de 1200 delegados esperados para a etapa nacional da Consocial que acontece entre os dias 18 e 20 de maio de 2012, em Brasília. A 1ª Consocial tem como tema central: "A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública" e o objetivo principal de promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, contribuindo para um controle social mais efetivo e democrático.

Além das etapas preparatórias estaduais e municipais, a sociedade poderá debater os quatro eixos temáticos da Conferência participando e realizando conferências livres e virtuais além de programas e atividades especiais como: concursos culturais, debates acadêmicos e seminários, encaminhando propostas à coordenação-executiva nacional, via portal da 1ª Consocial, para

serem direcionadas aos estados e à etapa nacional conforme o âmbito indicado.

Todas as etapas preparatórias, assim como a nacional, são regulamentadas por um regimento interno, aprovado pela Comissão Organizadora Nacional - CON, composta por representantes do poder público, da sociedade civil e dos conselhos de políticas públicas, que prevê o número de delegados para cada etapa, os eixos temáticos que nortearão os debates e demais normas obrigatórias para a validação das conferências. Há também o Texto-Base da Consocial que, em caráter propositivo, também norteará os debates.

Com a realização da 1ª Consocial, as propostas/diretrizes resultantes de todo o processo conferencial, subsidiarão a criação de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social, podendo ainda transformarem-se em políticas públicas, projetos de lei e até mesmo, passar a compor agendas de governo em âmbito municipal, estadual ou nacional.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, – 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2º Tesoureiro – Paulo Eduardo Bezerra,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.